

Teoria social de Marx e Serviço Social: aportes para uma abordagem histórico-crítica

Marx's social theory and Social Work: contributions to a historical-critical approach

José Fernando Siqueira da Silva*

Resumo: Este artigo debate o sentido da perspectiva histórico-crítica a partir da teoria social de Marx. Propõe dialogar com o Serviço Social como profissão no atual estágio de acumulação capitalista, nas condições particulares da América Latina. O texto, sustentado na contribuição marxiana e de parte de sua tradição, dialoga com bibliografia especializada e analisa o tema-objeto proposto. Para tanto, indaga: a) o que significa histórico-crítico?; b) seria possível estabelecer um diálogo propositivo entre uma tradição anticapitalista crítica à reprodução ampliada do capital e uma profissão criada no capitalismo, em sua fase monopolista, com o objetivo de intervir no pauperismo?; c) como analisar esta relação tendo a América Latina como base sócio-histórica objetiva? O artigo conclui que este debate é pertinente e necessário, ainda que seja fundamental considerar as inúmeras tensões e contradições inerentes a este processo.

Palavras-chaves: Serviço Social; Marxismo; Histórico-crítico.

Abstract: This article discusses the meaning of the historical-critical perspective from Marx's social theory. It proposes to dialogue with Social Work as a profession in the current stage of capitalist accumulation, in the particular conditions of Latin America. The text, based on Marx's contribution and part of his tradition, dialogues with specialized bibliography and analyzes the proposed theme-object. To this end, it asks: a) what does historical-critical mean?; b) would it be possible to establish a propositional dialogue between an anti-capitalist tradition critical of the expanded reproduction of capital and a profession created in capitalism, in its monopolistic phase, with the aim of intervening in pauperism?; c) how to analyze this relationship with Latin America as an objective socio-historical basis? The article concludes that this debate is pertinent and necessary, although it is essential to consider the numerous tensions and contradictions inherent in this process.

Keywords Social Work; Marxisms; historical-critical.

* Assistente social, doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor associado da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Franca - Departamento de Serviço Social). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1040-9558>

Introdução

Este artigo concentra vários anos de estudos e de pesquisas sobre o conjunto da obra marxiana e sua relação com o Serviço Social. Recupera e reorganiza, com certa marca pessoal, reflexões coletivamente realizadas em diversos encontros do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM), vários debates que têm sido realizados na roda de conversas dedicada aos estudos de “O Capital” com a participação de um coletivo de assistentes sociais pesquisadoras(es) (sob a coordenação da professora Dra. Marilda Villela Iamamoto), bem como reúne inúmeras reflexões e diálogos travados em diversos espaços socioprofissionais, acadêmicos e de militância. Trata-se, portanto, de estudo contínuo, amplo, rigoroso, necessariamente incompleto, em pleno movimento, que recupera e amplia análises anteriormente sistematizadas pelo autor, inspirado no ponto de vista da categoria da totalidade, marcado por acúmulos e revisões, sempre empenhado em apanhar as mediações necessárias para o Serviço Social como profissão. Neste texto, foram reorganizadas anotações inicialmente sistematizadas para um curso ministrado em 2022 a assistentes sociais de Costa Rica¹, bem como reflexões expostas em uma mesa de debates, em 2023, na Universidade Nacional del Centro de Buenos Aires (UNICEN-Tandil)².

Reprodução ampliada do capital, pauperismo e América Latina

Elucidar a relação entre pauperismo, reprodução ampliada do capital e América Latina é uma necessidade histórica. Não se trata, apenas, de um esforço epistemológico, mas de um procedimento científico empenhado em capturar a dinâmica do real como “lógica da coisa” (Marx, 2005, p. 39), suas múltiplas determinações, reconstruir categorias de análise como determinações de existência, formas de ser (Marx, 1989), estabelecer seus nexos causais, conexões explicativas (mediações), com o auxílio da razão pensante, orientada por aquilo que Lukács caracterizou como ontologia do ser social (Lukács, 2012, 2013 e 2010). As mediações não são criações racionais, embora se expressem teórica e racionalmente (epistemologicamente), mas conexões reais que nos permitem explicar a realidade estudada, os vínculos, os elos que favorecem o conhecimento do objeto para além do que é imediatamente visível.

¹ Atividade realizada a partir de um convite feito pelo Colegio de Trabajadores Sociales de Costa Rica (COLTRAS).

² Mesa de encerramento do “Encuentro Latinoamericano de Profesionales, Docentes y Estudiantes de Trabajo Social”, composta juntamente com o professor Dr. Manuel W. Mallardi (UNICEN-Argentina) e a professora Dra. Mavi Rodrigues (UFRJ-Brasil).

Sendo assim, o objetivo não é interpretar o mundo impondo-lhe uma lógica que não lhe pertence, especulativa e decadente (Lukács, 1981, p. 109-131), mas, ao contrário, perseguir sua dinâmica materialmente posta, historicamente determinada, reproduzi-la mentalmente, atuar nela para transformá-la. Nisto, recuperar a potência humana como trabalho útil-concreto, emancipá-la humanamente (Marx, 2005) voltando-a contra processos de estranhamento social. A práxis social, como determinada relação entre teoria e prática tecida na história (Marx; Engels, 2007), é um ato humano-genérico possível e necessário, individual-coletivo, ainda que inexato e insuficiente, realizado por seres sociais que fazem história a partir do legado recebido por gerações. Por tanto, um complexo processo imbricado com a vida real de pessoas, com a sua reprodução social que, nas condições históricas do capitalismo, estabelece as classes sociais fundamentais, institui a propriedade privada dos meios de produção, separa o(a) trabalhador(a) de seus meios de produção, reduz o trabalho à força de trabalho, sua compra como trabalho que se aliena/estranha, se exterioriza como um objeto que não lhe pertence.

Tal procedimento ontológico-científico é essencial para explicar a realidade em si, sua dinâmica, é fundamental para refletir criticamente sobre os limites e as potencialidades de uma profissão socialmente constituída – na transição do século XIX ao século XX – para intervir naquilo que foi caracterizado, genericamente, pelo pensamento conservador (Escorsim, 2011; Silva, 2015), a partir das lutas operárias travadas na segunda metade do século XIX, como questão social. Marcada por sua imprecisão, o sentido desta expressão pode ser melhor elucidado a partir dos estudos de Marx realizados na primeira metade dos anos 1840. Naquela oportunidade, incomodado e penalizado com a repressão realizada pelo governo do monarca Frederico Guilherme IV contra às pessoas que recolhiam lenha para se aquecerem do inverno alemão, o autor analisou e criticou um texto escrito por Arnold Ruge – identificado como “um prussiano” – sobre o rei da Prússia e a reforma social. Debatendo com esse representante da filsofía clássica alemã e analisando as propostas do parlamento inglês imbuídas de "humanismo" e malthusianismo no tratamento do pauperismo (no contexto marcado pela Lei dos Pobres e pelas *workhouses*), destaca Marx:

O parlamento inglês não se restringiu à reforma formal da administração. Ele detectou a fonte principal da condição *aguda* do pauperismo inglês na própria *Lei dos Pobres*³. O próprio meio legal contra a indigência social, a beneficência, favoreceria a indigência social. Quanto ao pauperismo em termos gerais, ele seria uma *lei natural eterna* (...). O parlamento inglês combinou essa teoria de caráter humanitário com o parecer de que o pauperismo seria a *miséria infligida a si mesmo pelo trabalhador*, não devendo, em consequência, ser prevenido com um infortúnio, mas reprimido e punido como um crime. (...) Depois, ela não encarou o avanço progressivo

³ Todos os trechos em itálico foram originalmente destacados pelo autor.

do pauperismo como consequência necessária da *indústria* moderna, mas como consequência do *imposto inglês* para os pobres. Ela compreendeu a penúria universal como uma mera *particularidade* da legislação inglesa. O que antes era derivado de uma *falha* na beneficência, passou a ser derivado de um *excesso de beneficência*. Por fim, a miséria foi vista como culpa dos miseráveis e, como tal, punida neles mesmos (...) apesar das medidas administrativas, o pauperismo foi se tornando a forma de uma *instituição nacional*, tornando-se, em consequência, inevitavelmente em objeto de uma administração ramificada e bastante ampla, uma administração que, todavia, *não possui mais* a incumbência de sufocá-lo, mas de *discipliná-lo*, perpetuá-lo (Marx, 2010, p. 34-35).

Em seus estudos mais densos pautados pela crítica à economia política clássico-burguesa, determinado a decodificar a lógica do capital e da sociedade que permite sua reprodução ampliada, nisto o pauperismo, Marx analisa a composição orgânica do capital, ou seja, *a relação entre capital constante (parte do capital investido nos meios de produção) e capital variável (aquela outra parte destinada à força de trabalho)*. Para explicar essa relação, Marx aprofunda as noções de composição do valor (como o capital é dividido em sua forma constante e variável) e a composição técnica (a dimensão material, a força de trabalho necessária para pôr em movimento certa quantidade de meios de produção) (Marx, 2013b, p. 689-697). Embora inicialmente haja uma tendência inicial crescente de investir parte do capital – e, portanto, da mais-valia obtida – na força de trabalho (capital variável), a repetição do processo de produção de mercadorias em escala ampliada tende relativamente a diminuir parte da mais-valia investida em capital variável e a aumentar a proporção dedicada ao capital constante (meios de produção). Ou seja, gradativamente, no processo de intensificação e adensamento da produção capitalista, parte do capital acumulado é proporcionalmente maior para a tecnologia aplicada ao processo produtivo e menor para a manutenção da força de trabalho contratada (salários e despesas necessárias à reprodução dos trabalhadores – por exemplo, nas condições atuais, incluindo seus direitos). A consequência não poderia ser outra: a criação de um exército industrial de reserva e de segmentos excedentes – com diferentes denominações e perfis – da classe trabalhadora (aptos ou não para voltar ao trabalho) (Marx, 2013b, p. 716-784).

É óbvio que esse processo não permaneceu o mesmo ao longo de 130 anos e em distintas e heterogêneas realidades. O que se propõe, com efeito, é que há uma tendência geral da produção capitalista – brilhantemente apontada por Marx – de, relativa e proporcionalmente, investir menos em capital variável e mais em capital constante, como uma lei tendencial, dinâmica, processo necessário à acumulação permanente de capitais, cuidadosamente administrado – nem sempre com sucesso – por meio de uma gestão econômica considerada adequada às instabilidades e às imprevisibilidades mundiais. Tudo isso está absolutamente

conectado ao desenvolvimento da tecnologia e da ciência⁴. Por isto, o capital pressupõe não apenas relações econômicas, mas relações humano-sociais. *O capital é relação social de expropriação, acumulação e concentração/centralização da riqueza socialmente produzida*. Isto sustenta o que Marx caracteriza como propriedade privada, ou seja, a relação entre a propriedade dos meios de produção postos em movimento por meio de determinada massa de força de trabalho comprada como qualquer mercadoria (ainda que seja uma mercadoria particular). Ambos potenciados pelo capital monetário inicialmente investido e continuamente repostos pela repetição ampliada do processo produtivo: *capital monetário* inicial que se subdivide na produção (*capital produtivo* - meios de produção e força de trabalho acrescido de mais-valia) e *capital mercadoria* que se realiza na venda que completa seu ciclo (Marx, 2014b, p. 105-231)⁵. Este processo, como tratado por Marx no livro III de “O Capital”, necessariamente articulado ao capital comercial e portador de juros/fictício (Iamamoto, 2007), como processo geral que estabelece a taxa média de lucro e o divide entre capitalistas (Marx, 2017, 175-948).

Importante ressaltar a unidade-diversa contida nesse processo global, como forma de aparição do capital (monetário, produtivo, mercadoria, industrial, comercial e portador de juros – este último sua forma mais complexa e estranhada). Aqui, o trabalho excedente, produtor direto ou não de mais-valia, é a fonte do valor mistificada por relações fetichizadas, imediatamente simplificadas⁶. Isto estrutura o movimento geral do capital que repõe a sua forma monetária percorrendo um complexo processo, não imediatamente visível, cujo ciclo recomeça sempre acrescido por um sobrevalor, sem a necessidade de novo aporte inicial do próprio capitalista produtivo (Marx, 2014a, p. 233-446).

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo pertence aos faux frais [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital

⁴ A sociedade burguesa desde sua fase concorrencial tem demonstrado, de forma não homogênea, uma tendência de expulsar a força de trabalho, intensificá-la e precarizá-la, com forte inserção e modernização tecnológica. Os dias atuais também reafirmam essa tendência, brilhantemente apontada por Marx já no século XIX. Sobre esse debate hoje, ver Antunes (1995; 2018), Mészáros (2002a; 2002b) ou, fora da tradição marxista, tomada como crise da sociedade salarial, as observações tecidas por Castel (1996).

⁵ Vale lembrar que acumulação originária/primitiva do capital (Marx, 2013a, p. 785-833) – nisto o mercantilismo e o escravismo de pessoas negras/indígenas e extermínio dos povos originários -, exerceu e ainda exerce seu papel na acumulação, já que não se situa num passado distante -, reeditando-se no processo de concentração de dinheiro que funciona como capital monetário.

⁶ Não por acaso, Marx adota um procedimento de estudo que perquire a trama dos processos, reconstruindo conexões/mediações, categorias e conceitos aparentemente idênticos e progressivamente adensados ao longo de sua análise. Por exemplo: trabalho/força de trabalho, as formas do dinheiro, valor/mais-valor, “preço do dinheiro”/juros, lucro/lucro médio, entre muitas outras formas aparentemente idênticas.

sabe transferir de si mesmo para da classe trabalhadora e da pequena classe média (Marx, 2013b, p. 719).

Os estudos de Marx sobre a sociedade do capital e sua reprodução ampliada, tecida em estreita relação com suas pesquisas anteriores desde a juventude, atingem sua maturidade em “O Capital”, como crítica da economia-política, dedicado a explicar o processo de produção do capital (livro I)⁷, o processo de circulação do capital (livro II)⁸ e o processo global da produção capitalista (livro III)⁹. Longe de ser uma obra estritamente econômica, o livro é um estudo genial sobre a economia política que trata da produção e reprodução de determinada sociedade, a capitalista, suas diversas fases, em estreita unidade-diversa, que estabelece as bases para a produção/criação, circulação e expansão global do capital. Nisto, a formação de seres sociais concretos e as lutas travadas para a manutenção e ou ruptura de esta ordem societária, tendo como referência as contradições objetivas contidas nessa sociabilidade. Portanto, a revolução é uma categoria que se constrói a partir de determinações realmente existentes, sempre como possibilidade histórica. Desta forma, ela jamais se reduz a certo tipo de “assalto ao poder” (embora seja constituída por insurreições diversas), mas se constitui a partir das contradições realmente existentes na própria ordem burguesa, seu colapso geral (Mészáros, 2002a; 2002b).

A transição do século XIX para o século XX impôs outro fluxo de transformações globais. A primeira grande crise de acumulação de capital da era industrial (1873-1896), alimentada por revoltas operárias, gerou uma forte reorganização produtiva que fez a transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista (Hobsbawn, 1988; Netto, 1992). Esta fase da acumulação formou monopólios, reorganizou o capital industrial e bancário (como capital financeiro), redefiniu o papel dos estados nacionais e dos fundos públicos no desenvolvimento capitalista e na gestão da questão social, priorizando a infraestrutura necessária para a retomada da acumulação, bem como rearmou o antigo colonialismo, como neocolonialismo, exportando capitais adicionais que foram usados para modernizar ex-colônias e expandir os interesses imperialistas. Era o alvorecer da era monopolista do capital, como “fase superior do capitalismo” (Lenin, 2012), centrada em alguns pilares essenciais: a) a fusão de grandes grupos econômicos até então concorrentes, formando monopólios exercidos por meio de cartéis e trustes; b) o adensamento contínuo da financeirização e de seus desdobramentos, processo este possível por meio da fusão entre o velho capital bancário e o capital industrial; c)

⁷ Mercadoria/dinheiro, a troca, a transformação do dinheiro em capital e a mais-valia absoluta-relativa, salário, acumulação do capital (incluindo reprodução simples, lei geral da acumulação e acumulação primitiva/originária)

⁸ Metamorfoses e ciclo do capital, sua rotação e reprodução/circulação do capital social total.

⁹ Relação mais valor/lucro – taxa de lucro e taxa de mais valor; lucro/lucro médio; a tendência da queda tendencial da taxa de lucro; capital mercadoria/capital monetário como capital de comércio de mercadorias e de dinheiro – nisto o crédito e o capital fictício.

a captura orgânica dos estados nacionais como elementos intrínsecos à acumulação capitalista, momento em que os fundos públicos são fortemente utilizados para incrementar a acumulação. Nisso, o cenário do neocolonialismo, a exportação contínua de capitais e as disputas imperialistas por matérias-primas que levaram o mundo ao seu primeiro conflito bélico do século XX: 1914-1918. Nesse sentido, destaca Lenin (2012, p. 83 e 90):

A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio de Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (...) O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.

A gênese do Serviço Social está essencialmente ligada à fase imperialista/monopolista da acumulação capitalista (Netto, 1992), etapa que se impôs de forma heterogênea e com importantes mudanças nos últimos 140 anos. Nesse contexto, esta profissão tem conquistado um espaço na divisão sociotécnica do trabalho – que se objetiva também como divisão sexual e étnico-racial – como especialização do trabalho coletivo (Iamamoto; Carvalho, 1985; Yamamoto, 2007), particularmente no campo da regulação do pauperismo. Ou seja, o Serviço Social está relacionado às diversas atividades, serviços e políticas sociais voltadas à gestão das carências e necessidades da ampla e diversificada classe trabalhadora, especialmente de suas frações mais empobrecidas.

Todavia, estas observações não são suficientes para explicar a constituição do Serviço Social na América Latina na sua ampla diversidade, em um continente uno-múltiplo que ocupa determinado espaço da divisão internacional do trabalho. É essencial apontar como esse processo geral, indicado por Marx na segunda metade do século XIX, transitou à fase monopolista e desenvolveu-se ao longo do século XX na periferia do capital como parte de uma complexa totalidade social. Nisto, as particularidades da profissão nesta região. Sem esse procedimento ontológico-analítico (concreto-racional), que apanha o Serviço Social no movimento da história (Iamamoto; Santos, 2021), não é possível explicar sua natureza nessa região e o tipo de pauperismo e de opressões aqui objetivadas. Isto impacta as desigualdades sociais que constituem a natureza do capital nas periferias, altera o social, determina os serviços destinados à gestão do pauperismo, modifica decisivamente as condições objetivas para que se realize o trabalho profissional. Como insiste Yamamoto (1992), altera as condições objetivas do

trabalho profissional e subjetivas das(os) assistentes sociais.

Resumidamente, a América Latina tem particularidades que a marcam estruturalmente: foi impactada econômica, social e culturalmente, enquanto o mercantilismo solapava o feudalismo na Europa, especificamente a partir do século XVI¹⁰. A lógica mercantilista, centrada na pilhagem formalizada no pacto colonial, dizimou as culturas nativas, impôs o escravismo e o racismo contra negros e indígenas e destruiu culturas e povos muito heterogêneos. Além disso, estabeleceu uma lógica centrada na acumulação monetária comercial, especialmente nas fontes financeiras obtidas por meio de uma relação comercial desigual, que permitia que os recursos coloniais fossem extraídos a baixos custos e vendidos a preços muito mais elevados. Esse tipo de exploração de perfil comercial-original sustentou o mercantilismo e a acumulação primitiva do capital (Marx, 2013a, p. 785-833), essencial para a fase seguinte da revolução burguesa (a concorrencial/industrial), principalmente a partir da segunda metade do século XVIII (que eliminou ou subjuguou as monarquias). Isto gerou uma mudança estrutural global ao generalizar o trabalho assalariado, concentrar trabalhadores(as) nas fábricas, explorar a força de trabalho de diferentes maneiras e transferir o centro da acumulação capitalista para a produção de mercadorias como capital monetário investido na produção, ou seja, capital produtivo subdividido, em determinada proporção, na compra de meios de produção e de força de trabalho.

Após a independência política dessa parte do Continente Americano situada, no geral, nos primeiros 40 anos do século XIX, parte da riqueza aqui produzida deixou de ser drenada às metrópoles pelo pacto colonial (Fernandes, 1987; 2009). Ao longo do século XIX, essa economia foi reorganizada a partir do legado colonial. Isto determinou os caminhos que foram trilhados pela diversa e heterogênea revolução burguesa e todo processo de modernização na América Latina e no Caribe, a partir das primeiras décadas do século XX. Este tipo de economia, na sua diversidade, tem reproduzido algumas características importantes que precisam ser aqui sumariadas.

Após a Revolução Russa (1917) e duas guerras mundiais imperialistas (1914-1918 e 1939-1945 – nas quais a extrema direita nazifascista prevaleceu até ser derrotada em 1945), o crescimento e o desenvolvimento da América Latina e do Caribe tornaram-se objeto de amplo debate e formulação de propostas de desenvolvimento, especialmente a partir da década de

¹⁰ É preciso lembrar que esse processo não se impôs apenas como movimento econômico (embora ele tenha sido decisivo). Impactou as artes, o teatro, a música, a cultura em geral, a religião, a visão de mundo, entre outros aspectos da vida humana, processo que se expressou no que é universalmente caracterizado como o Renascimento. Nicolau Maquiavel, Leonardo Da Vinci e William Shakespeare são exemplos clássicos dessa época.

1950¹¹. Os estudos organizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), insistiam que as dificuldades para o desenvolvimento da América Latina estavam relacionadas à ausência de estímulo contínuo à industrialização, processo que deveria ser coordenado, organizado, provocado e administrado pelos estados nacionais, contra o subdesenvolvimento. Esta orientação, cujo principal expoente no Brasil é Celso Furtado (2009), foi rejeitada pelos estudos de Cardoso e Faletto (1973) que insistiram na tese de que a existência da dependência externa impediria o desenvolvimento proposto pela Cepal. Reproduzindo certo tipo de crítica resignada, os autores reconhecem a dependência como marca estruturante da economia brasileira e, ao mesmo tempo, a tomam como algo dado na divisão internacional do trabalho. Sendo assim, a combinação econômica entre o interno e o externo, entre o centro e a periferia, seria procedimento necessário ao desenvolvimento extraíndo “possíveis vantagens” desta relação. Em oposição a estas propostas, o grupo formulador da teoria marxista da dependência (TMD)¹², ao contrário, com ênfase no que é caracterizado por essa tradição como superexploração do trabalho¹³, formula uma análise essencialmente anticapitalista: a superação do subdesenvolvimento exige uma ruptura socialista, já que a dependência somente pode produzir dependência (jamais seu oposto).

A periferia do capitalismo foi estruturada como capitalismo dependente (Marini, 1973; Fernandes, 2009; Katz, 2020), impactada por uma formação social colonial (Chasin, 2000; Moura, 1988), embora seja relevante destacar que a dependência tenha se materializado como desenvolvimento desigual-combinado (Oliveira, 2003), explicitamente como modernização conservadora (Ianni, 2019). As bases desse complexo processo foram lançadas desde a primeira acumulação primitiva do capital, sob as condições do mercantilismo e do capitalismo comercial-original. Essa modernização do capital de perfil monopolista transformou a América Latina em um território que deveria fornecer matérias-primas baratas para a produção mundial a preços administrados e acessíveis, especialmente produtos agro mineiros, o que impacta a parcela da mais-valia investida como capital constante destinado à compra dos meios de produção nas regiões ditas centrais. Ou seja, é preciso buscar matérias-primas baratas em regiões "destinadas" a esse tipo de produção na divisão internacional do trabalho. Além disso, ofertar força de trabalho abundante e mais barata, categorizada pela Teoria Marxista da

¹¹ Esse debate percorreu os governos de países da região entre as décadas de 1930 e 1950: Getúlio Vargas (Brasil), Perón (Argentina) e batllismo/neobatllismo (Uruguai) são exemplos importantes.

¹² São expoentes deste grupo: Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Orlando Caputo, Riberto Pizarro, entre outros(as).

¹³ Para a TMD, a categoria superexploração do trabalho constitui a natureza do capitalismo dependente e possui um sentido muito preciso: o pagamento da força de trabalho abaixo do valor médio necessário à sua reprodução, isto como mecanismo que compensa as perdas das burguesias nativas em relação às centrais.

Dependência como superexploração.

O que tem se constituído na periferia do capital, ainda que diversamente, são economias fundamentalmente agro mineiras destinadas à exportação, comprometidas com interesses econômicos externos. Essa é uma característica estruturante que permanece marcando essas regiões na atualidade, sustentada pela modernização permanente do agronegócio e da mineração extrativistas. Importante pontuar a diversidade deste complexo contexto. Países como Brasil, México¹⁴ e Argentina experimentaram, ao longo da história, surtos instáveis de industrialização, com maior ou menor ênfase na agricultura modernizada: o agrobusiness como indústria agrícola de alta tecnologia e produtora em larga escala. Outras realidades são bem diversas: as minas e as frutas chilenas; a carne bovina Uruguaia e Argentina; o gás natural e a mineração na Bolívia; o petróleo venezuelano; as frutas da América Central; a agricultura colombiana (café e pecuária); a pesca peruana (exportadora de óleo de peixe) e sua mineração; o Caribe essencialmente frutífero, canavieiro e turístico. Apenas alguns exemplos entre outros países que têm transitado por caminhos próximos ainda que diversos.

As classes dominantes que se constituíram após a independência política do início do século XIX, continuaram vinculadas aos interesses externos e desconectadas das demandas nacionais (Fernandes, 2009; 1987)¹⁵. Esse processo tem sido reproduzido com o peso colonial do racismo, do patriarcalismo e do preconceito contra os povos indígenas, que impõe um perfil particular à questão social latino-americana na articulação entre classe, raça, etnia, gênero e diversidade sexual (e outras formas de opressão/discriminação)¹⁶. A América Latina e o Caribe, então, reatualizaram sua inserção na divisão internacional do trabalho, reorganizando-se a partir do legado colonial (com desigualdades internas), em tempos imperialistas-monopolistas. Não há dúvida de que todo processo de modernização conservadora que sustentou a revolução burguesa diversificada em toda a região, é caudatária da tradição colonial (e não poderia ser de outra forma). É preciso dizer, não por acaso, que o Serviço Social teve sua gênese como profissão em toda a América Latina e Caribe, exatamente naquele período de intensas transformações e intensificação das lutas dos(as) trabalhadores(as), sob o peso histórico do

¹⁴ As conhecidas “maquilas” são exemplos da realidade mexicana de fronteira com o império. Expressam e se sustentam na lógica dependente. Consultar: <https://www.youtube.com/watch?v=WUQgFzkE3i0>

¹⁵ Parte do progressismo latino-americano, especialmente os governos de países com importante mercado interno (Brasil, México e Argentina, por exemplo), têm estimulado propostas neodesenvolvimentistas articuladas a um fluxo industrial historicamente instável ou ausente na região. Isto tem gerado tensões internas significativas que impactam as economias locais, sem afetar, de forma alguma, a centralidade do mercado externo. Trata-se de um limite estrutural das economias dependentes (Marini, 1973), ainda que elas necessitem ser analisadas a partir de determinações contemporâneas.

¹⁶ De nossa parte, a luta antirracista compõe as lutas anticapitalistas. Nisso, a luta anticolonial nos parece mais frutífera, densa e ampla, quando comparada com as abordagens decoloniais e descoloniais, mais ou menos avessas à tradição europeia.

colonialismo e sua estrutura escravista, particularmente a partir dos anos vinte do século passado. Por isso, a profissão e a questão social aqui materializadas sofreram o impacto dessa tradição colonial.

O que de fato prevaleceu na região a partir da segunda metade dos anos 1960 e início dos anos 1970, em diferentes momentos e formas, mas continuamente, *foi o projeto imperialista liderado pelos Estados Unidos*. Os golpes militares-empresariais em toda a região, também em resposta à Revolução Cubana de 1959 (Paraguai/Guatemala – 1954, Brasil/Bolívia – 1964, Peru – 1968, Uruguai e Chile – 1973, Argentina, 1962 e 1976, República Dominicana, 1978, por exemplo), reafirmaram uma espécie de modernização conservadora (Ianni, 2019), como desenvolvimento desigual-combinado (Oliveira, 2003), ou seja, um tipo de economia que gera certo tipo de riqueza com forte concentração que reafirmou profundas desigualdades, adaptou-se ao capitalismo mundial dos anos 1970, eliminou a oposição socialista ou os mais perigosos seguimentos democráticos, massacrou a oposição operária e promoveu um arrocho salarial significativo.

Da mesma forma, cabe destacar que o processo de reconceituação latino-americano (1965-1975 – não exatamente), obviamente não nasceu de uma iniciativa endógena, apenas profissional, mas formou-se a partir de demandas concretas que constituem o movimento da história, objetivamente postas por uma sociedade periférica tensionada pela luta de classes, que se expressaram em carências e necessidades humano-sociais identificadas como questão social. Isso repercutiu na profissão, no seu espaço sócio-ocupacional, nos estudantes, nas universidades e na formação profissional. Portanto, o pauperismo, caudatário da gênese, expansão e consolidação da sociedade burguesa mundial, aqui se constituiu diferentemente das regiões ditas centrais, da “via clássica” (inclusive suas formas mais tardias), como parte de uma totalidade social estruturada como unidade-diversa.

É verdade, como assinalou Marini (1973), que a dependência somente pode gerar dependência. Ainda assim, não é menos importante frisar que esse processo criou algo muito particular que evidenciou profundas desigualdades que têm reafirmado, nos diferentes territórios latino-americanos (e, diversamente, em toda a periferia do capital), certo tipo de desenvolvimento – necessário à produção mundial – marcado pela desregulamentação, informalização, intensificação e exploração da força de trabalho. A partir dessa dura realidade, típica do atual processo de acumulação e de sua crise permanente, constituiu-se o que é hoje a questão social, suas múltiplas determinações e refrações.

A dependência como modernização conservadora e desenvolvimento desigual-combinado, marca atual e produto sócio-histórico, tem enfrentado um cenário ainda mais

complexo desde a crise capitalista dos anos 1970 e a crescente e gradual dominação neoliberal que foi objetivada nessa parte da América, a partir dos anos 1990 (modelo radicalmente aplicado no governo de Augusto Pinochet – Chile). São muito bem conhecidas as consequências imediatas disso: golpes brutais nos direitos da heterogênea classe trabalhadora; reestruturação das relações de trabalho (intensificação, precarização, terceirização, informalidade, uberização e digitalização – Antunes, 1995; 2018); transformação da classe trabalhadora em "colaboradora" ou pessoa jurídica (PJ); reorganização dos Estados, com profundas restrições ao financiamento das políticas sociais; amplo e complexo domínio das finanças como aprofundamento da era do monopólio (inclusive envolvendo a gestão de recursos destinados à pobreza); cortes de gastos voltados aos direitos sociais expressos em discursos governamentais sobre responsabilidade fiscal e teto de gastos (sempre em relação ao social); privatização intensa e radical (ou, pelo menos, incentivo explícito às parcerias público-privadas); a mercantilização dos direitos básicos e fundamentais (saúde, educação e aposentadorias – entre outros); programas sociais específicos voltados à extrema pobreza, por tempo determinado, com avaliação permanente, visando não estimular a "vagabundagem" dos desempregados; isto, certamente, sustentado em uma economia dependente, modernizada, desigual-combinada e produtora de desigualdade extrema.

174

Caberia, então, insistir que o estudo desta complexa realidade e a formulação de alternativas no campo da práxis social e profissional (diferentes, mas articuladas), precisam estimular a crítica permanente, reconstruir processos materialmente postos, perseguir o movimento da realidade inspirado no ponto de vista da totalidade, portanto, *saturar esse processo de história e de historicidade*. Sendo assim, análises mecânicas e “chapadas”, feitas acriticamente desde “modelos teóricos”, precisam ser questionadas ou, pelo menos, revisitadas criticamente. É preciso retomar abordagens e propostas que têm orientado os estudos recentes, mesmo aquelas que possuem validade atual e se situam explicitamente no campo da emancipação humana (incluindo o próprio Marx, considerando suas pistas geniais e inelimináveis). Como analisar, no atual estágio de acumulação capitalista, a realidade da periferia do capital com suas marcas indelévels e a crise estrutural do capital (Mészáros, 2002b)? Como situar a profissão e o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro, construído a partir das condições objetivas do final século XX, nesse contexto de avanço do complexo e não homogêneo conservadorismo reacionário (Sant’Ana; Silva, 2020)? Nisto, defesas bem-intencionadas deste legado crítico da profissão no Brasil são relevantes, mas inofensivas se não estiverem contaminadas pela concretude da história.

Ao contrário do que anunciou Francis Fukuyama, estimulado pela queda da URSS e

pelo êxtase neoliberal, a história não acabou! O neoliberalismo não é outro capitalismo: *trata-se da forma histórica concreta que impõe receitas necessárias à acumulação continuada, concentrada e centralizada do capital*. Sendo assim, não existe outro capitalismo mais humano, “não selvagem”, que alimenta os sonhos reformistas e teses de que a revolução seria desnecessária. Criticar o neoliberalismo é importante, mas tendo como foco o capitalismo e o capital. Esse deve ser o sentido exato do anticapitalismo. *O que existe atualmente é o capitalismo sem roupagens, supostamente “livre” das ameaças anticapitalistas, genuíno, sem “papas na língua”; o capitalismo sendo capitalismo, valorizando o valor, o capital como relação social que expropria e privatiza continuamente*. E isto se expressa na luta e na consciência de classe, reedita o estranhamento social junto aos(às) trabalhadores(as), reorganiza as ideias defendidas pelas classes dominantes e suas frações. Não por acaso os setores mais reacionários da burguesia têm enfatizado o ódio e o autoritarismo, distorcendo valores como a liberdade e a democracia. O fazem como se fossem defensores radicais da moral, da anticorrupção e da antipolítica, reduzindo a zero qualquer tipo de explicação minimamente comprometida com a verdade da realidade objetivamente existente. Não se impõem apenas como ideologias, mas como mentiras explícitas.

Mas existe algo muito importante nesses tempos históricos extremos (Hobsbawn, 1996): *o capital e a sociedade que permite sua reprodução ampliada (o capitalismo), em uma era de radicalização das pautas monopolistas-liberais comandados pela fração financeira do capital, não têm demonstrado capacidade de administrar a crise estrutural*. As ondas longas de crescimento, seguidas de crises e forte recuperação econômica – como se viu na segunda metade do século XIX e até os trinta gloriosos anos (1945-1975) – foram substituídas por crises constantes e baixíssimo crescimento global (Mészáros, 2002a; Silva, 2020). Além disso, a crise ambiental se impõe como gravíssima, o pauperismo, o desemprego e a precariedade/intensificação do trabalho se aprofundaram em várias partes do mundo (para além da periferia do capitalismo). Esta tensão, inconciliável, se impõe como social, política, cultural, ambiental e econômica, ao mesmo tempo. *Não estamos apenas vivendo a superexploração na periferia do capital desde nossas marcas históricas, mas também a profunda precarização laboral e o crescimento das desigualdades nas regiões tradicionalmente centrais, um tipo de exploração que reafirma, ao mesmo tempo, a superexploração e a aniquilação de importantes setores da classe trabalhadora que vendem sua força de trabalho, processo este amplo e diverso, com características ainda mais densas nas zonas periféricas*. A consequência é real e trágica: o crescimento da extrema direita, a polarização, o culto à guerra, a negação dos traços mínimos que compõem a democracia política, o recrudescimento do autoritarismo de classe, a

negação de direitos básicos, a reedição de formas de xenofobia, racismo, discriminação de diferentes tipos, destruição da natureza, fundamentalismo religioso e a defesa dos mais fortes e "predestinados ao sucesso" como empreendedores livres. Isto tem nome: barbárie em tempos marcados por grandes mudanças geopolíticas, em que as peças de xadrez ainda são movidas principalmente pelo "velho" Tio Sam, embora seguidas de perto pelo Frankenstein asiático-chinês. Nisso, a pandemia é apenas a cereja de um complexo bolo!

Nesse ponto, vale perguntar: o que o Serviço Social tem a ver com tudo isso? Como temos lidado com esse cenário complexo? Que tipo de abordagem profissional seria apropriada considerando o legado sócio-histórico latino-americano e caribenho e o atual cenário de crise estrutural do capital? Como reposicionar o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro nessas condições sócio-históricas? A defesa dele não pode ser um protocolo de boas intenções que reafirmam a especulação e o idealismo. E esta é uma lição já ressaltada pelos jovens Marx e Engels (2007).

Perspectiva histórico-crítica e Serviço Social: o debate de raiz marxista

O debate histórico-crítico no Serviço Social de base marxista precisa reconhecer uma importante característica registrada há décadas por José Paulo Netto (1989): não existe um Serviço Social marxista¹⁷. O que existe é uma profissão, composta por profissionais historicamente determinadas(os), como sujeitos históricos possíveis, que atuam em condições particulares, inseridas(os) na divisão social do trabalho capitalista, que se revela diversamente e desigualmente como força de trabalho de homens, mulheres, brancos(as), negros(as), indígenas, entre outros perfis, cuja ação profissional lida prioritariamente com os setores mais expostos da diversa classe trabalhadora que se universaliza e se unifica na classe social. Isto, obviamente, não significa que não se possa imprimir um sentido às profissões a partir de tradições teóricas heterogêneas, com maior ou menor fidelidade a uma delas (Silva, 2022). Ou seja, não são as profissões que assumem certa tradição teórica, mas os sujeitos que colocam essa profissão em prática, inspirados por certa contribuição teórica para descrever ou explicar a realidade.

É preciso reconhecer, ainda, a tensão permanente entre uma profissão cuja gênese vincula-se a grupos conservadores e/ou reacionários, essencialmente de perfil religioso-fundamentalista e médico-higienista no contexto da luta de classes, e uma teoria social comprometida com a crítica radical e a superação da ordem do capital. O Serviço Social é uma

¹⁷ Nem positivista, fenomenológico, pós-moderno, entre outras denominações articuladas a tradições racionais, irracionais, estruturalistas ou pós-estruturalistas (Silva, 2022).

profissão que possui limites objetivos cujos profissionais operam políticas que regulam o pauperismo, as desigualdades estruturais, nas condições particulares da América Latina. O trabalho profissional das(os) assistentes sociais tem sido desenvolvido em condições muito particulares, levando em conta demandas sociais complexas inscritas na luta permanente entre capital e trabalho, no processo de acumulação capitalista que concentra e centraliza permanentemente a riqueza socialmente produzida.

Dito isto, caberia perguntar: *qual a utilidade de uma teoria social do porte do marxismo para uma profissão que lida com a gestão do pauperismo?* Esse caminho não enfatizaria o diálogo com uma tradição teórica oposta ao que seria necessário a essa profissão? Não seria romântico, um ato de pura especulação, tentar articular uma teoria social crítica ao capital, revolucionária, e uma profissão que se justifica e se legitima exatamente no capitalismo, na fase da acumulação explicitamente monopolista, na gestão das desigualdades socialmente produzidas (Siqueira, 2020)?

É preciso considerar, desde a perspectiva histórico-crítica de raiz marxista, que as profissões têm limites específicos que não podem ser apagados pela força do desejo. Elas estão inscritas no mercado de trabalho capitalista que, por sua vez, estabelece as bases materiais para a atuação das(os) assistentes sociais que vendem sua força de trabalho, mediada pelo estado capitalista no campo contraditório das políticas sociais e/ou da gestão da pobreza extrema (Iamamoto, 2007). Mas será que as(os) profissionais só reproduzem essa base material? Estão condenadas(os) a serem dominada(os) por ela? Não necessariamente. Isso também depende da capacidade delas(es) exercerem seu poder criativo-relativo como sujeitos possíveis, que intervém na realidade concreta como sujeito/objeto, considerando as condições estabelecidas pelo seu espaço sócio-ocupacional e processos sociais complexos que afetam as(os) profissionais objetiva e subjetivamente.

Sabe-se que as intenções das(os) profissionais podem ser diferentes daquelas que compõem os espaços institucionais. Reconhecer isto é relativamente simples, mas certamente importante. Não se deseja profissionais que sejam reprodutores passivos da ordem, nem parece adequado acreditar em profissionais idealistas que especulativamente se sobrepõem a limites objetivos apagando-os por decreto (Silva, 2013). Então, que tipo de relacionamento seria oportuno? Impõe-se aqui a relevância da abordagem histórico-crítica, de raiz marxista, embora essa tradição teórica possa imediatamente parecer inadequada, especialmente aos olhos daqueles que desejam adaptar-se a ordem, “administrá-la responsabilmente”. Ou seja, a capacidade de ler criticamente essa realidade, de reconstruí-la revelando sua própria lógica e verdade, oferece melhores condições para que as(os) assistentes sociais proponham alternativas

interessantes. Isto é possível e necessário e se constitui contraditoriamente. Explicitar as desigualdades sociais, suas múltiplas refrações, perscrutá-las, explorá-las teórica e praticamente a partir de suas bases materiais, mesmo nos espaços criados para gerenciá-la, é a forma mais produtiva de questioná-las no próprio espaço profissional. A tradição dialética de Marx oferece excelentes condições para isto, orientada pela perspectiva da totalidade (Marx, 1989; Lukács, 2012).

O Serviço Social inspirado na perspectiva histórico-crítica-marxista, não opera apenas o instituído, não admite modelos de aplicação previamente elaborados pela "lógica iluminada" da ciência burocratizada e decadente. O "modelo" não é ter modelos que sejam aplicados, mas profissionais que pensem/proponham ações desde a realidade com a qual lidam cotidianamente, parte constituinte da totalidade social, uma realidade repleta de múltiplas mediações e complexos sociais não imediatamente visíveis. Por isto, é preciso reconstruir determinações objetivamente dadas, inicialmente invisíveis, para propor um trabalho profissional capaz de criar espaços criativos, ricos, mas contraditórios e originalmente estabelecidos para manter a ordem. Ou seja, *não se trata de apagar magicamente o vínculo estrutural entre capitalismo, capital, instituições e o próprio espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, mas de explicitar suas contradições, agindo com e nelas, revelando-as, debatendo-as, extraindo delas demandas genuinamente humanas ocultas pela "gestão responsável e possível da pobreza", por propostas empresariais ditas "emancipatórias" (Silva, 2013; Moljo; Silva, 2020)*. Se, por um lado, as profissões e os profissionais não podem ser idealizados e supervalorizados, por outro é igualmente problemático atribuir-lhes um cunho exclusivo de dominação e reprodução da ordem.

Do ponto de vista histórico-crítico-marxista, a(o) assistente social não lida com "problemas sociais", como "questões profissionais e sociais", mas com demandas materiais de sujeitos sociais, como seres sociais que se constituem a partir de processos históricos complexos gestados na ordem do capital monopólico e não plenamente dominados pelos seres sociais nele inseridos. O "objeto da profissão" não está na mente das(os) profissionais que atuam na gestão direta do pauperismo e das diversas opressões ali colocadas, nem é determinado pelas(os) profissionais que cientificamente investigam esses processos. O que tem sido caracterizado como questão social e suas refrações, existe objetivamente na realidade independentemente das intenções e do que pensam as(os) assistentes sociais. Portanto, não se trata de um esforço marxista-epistemológico reconhecer os vínculos estruturais entre o pauperismo, o capital e a sociedade que possibilita a sua produção e reprodução social. Esta é uma imposição ontológico-real (Lukács, 2012).

As demandas com as quais assistentes sociais trabalham – violências diversas, as pessoas que vivem nas ruas, a falta de recursos para viver, os inúmeros conflitos que se expressam imediatamente nos núcleos familiares, as migrações/imigrações, as diversas opressões, a ausência de direitos, os problemas relacionados ao trabalho (desemprego, informalidade, precariedade, intensificação e desregulamentação), entre outras tensões cotidianas (imediatamente apresentadas como "problemas sociais", isolados e individuais) –, possuem dinâmicas que independem dos desejos das(os) profissionais e precisam ser devidamente explicadas. Este processo teórico-prático não pode ser simplesmente apagado (como se fosse um problema de "gestão prática da pobreza"), nem pode ser descrito apenas por profissionais da "teoria", pelo conhecimento produzido por cientistas completamente distantes, "neutros" e desconectados dos assuntos que se propõem a estudar e/ou intervir.

Aqui se impõe outra característica essencial da orientação histórico-crítica de raiz marxista: a ciência e o conhecimento não são teóricos e práticos, *mas teórico-práticos*, pois a práxis social e profissional exigem a explicação da dinâmica da realidade, a análise de complexos sociais ricos em determinações, considerando as particularidades profissionais e a dimensão ético-política desse processo. Não separa quem estuda e quem pratica, embora se reconheça, na divisão social, sexual e étnico-racial do trabalho, por necessidades objetivas, a ênfase em uma ou outra dimensão. Mais do que isso, não se trata de impor a teoria à prática (ou o contrário), estabelecendo "modelos de intervenção", mas de estimular um processo que visa conhecer a realidade, sua dinâmica e lógica, com a qual as(os) assistentes sociais lidam cotidianamente. Isto requer um esforço teórico-prático que teoriza a prática e, ao mesmo tempo, praticamente desafia abordagens teóricas que não são fechadas, estáticas. A teoria, então, não deve ser "aplicada", mas sim iluminar o estudo da dinâmica real, seu movimento historicamente reconstruído e existente, explicá-la a partir de sua própria lógica e, desde aí, repensar a prática com suas devidas mediações profissionais.

Considerando o que foi aqui proposto e valorizando a capacidade crítica de profissionais atuarem em espaços contraditórios, sem arranjos ingênuos, especulativos e românticos, a abordagem histórico-crítica inspirada em Marx e em sua tradição requer alguns pressupostos essenciais¹⁸:

- a) profissionais intelectualmente preparadas(os), culturalmente ricas(os), amplamente

¹⁸ Os tópicos que serão apresentados a seguir, foram resumidamente apresentados em um mesa de debates no "Encuentro Latinoamericano de profesionales, docentes y estudiantes de Trabajo Social", realizado em maio de 2023 na Universidad Nacional del Centro de Buenos Aires (UNICEN-Tandil). Esse conteúdo, sistematizado e publicado em castelhano, foi aqui retomado e adensado a partir das anotações originais (Silva, 2023).

ligadas(os) à vida social para além das profissões (Netto, 1996). Aqui surge um problema concreto relacionado a uma formação quase sempre limitada, condições materiais precárias para a dedicação ao estudo e à pesquisa, bem como processos de alienação/estranhamento social que moldam e limitam a consciência do ser social, restringindo-a à esfera imediata da vida. Por esta razão, o cuidado com a formação profissional e intelectual das(os) assistentes sociais tem sido objeto de preocupação também da tradição histórico-crítico-marxista na profissão;

b) conexão com problemas genuinamente humanos, intenção e capacidade de reconstruir mentalmente, histórica e criticamente, a lógica da própria realidade (Marx, 1989; 2005a; 2005b), a verdade que a constitui, sua dinâmica objetivamente existente independentemente do que pensam as(os) profissionais. Vale perguntar: quem são as pessoas com quem trabalhamos? Essa tentativa não deve ser apenas acadêmica, mas intelectual, ou seja, não pode se limitar à formação de acadêmicos isolados no mundo universitário, estimuladores da "decadência ideológica" (Lukács, 1981). Deve dialogar criticamente com as diversas instâncias da vida profissional e social – sindicatos, movimentos sociais, lutas sociais comprometidas com problemas genuinamente humanos – como práxis profissional e social, como seres humano-sociais;

c) é fundamental articular, mas não confundir, as competências necessárias e as condições objetivas existentes nos espaços de atuação profissional e de militância. Estas instâncias são necessariamente articuladas, ainda que não sejam idênticas. A experiência profissional contamina a prática militante e vice-versa. Mas, embora a crítica radical seja uma necessidade para qualquer situação, a posição ocupada por profissionais/militantes, o nível de abrangência e as possibilidades dessas dimensões intervirem na realidade não são as mesmas. As estratégias e os instrumentos são igualmente diferentes. Por essa razão, as mediações objetivamente existentes e reconstruídas mentalmente para orientar o trabalho profissional e a atuação militante, são diferentes, ainda que lidem com a mesma sociabilidade: a sociedade do capital. Isto requer habilidade e cuidado intelectual, teórico-prático, para analisar a relação dinâmica, de ampla unidade-diversa, entre as *singularidades* imediatamente colocadas, ou seja, o modo como processos complexos aparecem, a *universalidade* que estabelece determinações universais-gerais que informam todas as realidades e as *particularidades* que revelam processos específicos imediatamente postos e universalmente articulados, objetivados em um determinado espaço e contexto sócio-histórico (Lukács, 2012). Impõe-se, aqui, a totalidade composta por múltiplas mediações que necessitam ser reconstruídas, perquiridas e cuidadosamente analisadas;

d) embora se reconheça que as(os) assistentes sociais têm sido chamadas(os) a intervir

nas diversas refrações da questão social, muitas vezes de perfil terminal, é preciso reconhecer que elas(es) podem atuar diversamente nestes contextos. Uma mulher negra ou indígena, impactada pelo pauperismo, atingida por múltiplas opressões, que busca um atendimento pontual nos Centros de Referência de Assistência Social (proteção básica ou especial) na periferia do capital, certamente quer resolver/amenizar uma carência imediata. Apesar de essa pessoa se apresentar dessa forma a partir das circunstâncias necessárias para sobreviver, ela é um ser social rico em determinações, com demandas e necessidades diversas, *mediatamente colocadas, ou seja, não necessariamente reveladas-visibilizadas no momento da busca por um recurso individual para satisfazer carências aparentemente pontuais*. A(o) assistente social pode simplesmente conceder ou não o recurso solicitado, fazer o que lhe foi pedido institucionalmente, sentindo-se feliz ou não com isto, acreditando que está exercendo sua atividade profissional com competência. Ou, por outro lado, atender o que é objeto inicial da atenção não apenas porque a instituição lhe demanda para isto, mas porque se trata de uma carência humana objetiva que não pode ser explicada apenas a partir de “problemas sociais individuais”. Pode-se perguntar: isso muda alguma coisa? Evidente que sim! Muda a forma como se lê a realidade, como a explicamos, a maneira como nos colocamos diante do imediatamente apresentado. Este procedimento certamente tem impacto no trabalho profissional (do atendimento inicial básico aos encaminhamentos sugeridos), nas propostas elaboradas, ajuda a levar a profissão aos seus limites, a criar e recriar alternativas, a indicar demandas que não foram imediatamente expostas, considerando as condições objetivas e subjetivas para tal (Iamamoto, 1992). Além disso, permite que a(o) profissional articule as forças potenciais, locais ou não, ligadas ao espaço profissional em que se atua indicando a necessidade de estudos e de pesquisas permanentes;

e) as(os) assistentes sociais, em seus diversos espaços sócio-ocupacionais, não podem simplesmente negar as demandas instituídas, produto de complexas articulações entre as reais necessidades sociais e o desejo de controle da luta de classes e das desigualdades. Ao mesmo tempo, e isso é igualmente importante, o histórico-crítico não pode ser reduzido a uma proposta acriticamente conformada a uma determinada prática instituída, como se ecleticamente o método de análise da realidade pudesse ser diferente do método de intervenção sobre ela. Portanto, o histórico-crítico, de raiz marxista, requer práticas coerentes com esta tradição, mesmo que se considere o contexto altamente contraditório. Como lidar com isso, considerando que as(os) assistentes sociais são assalariadas(os) e cobradas(os) para cumprir obrigações institucionais? Trabalhar a contradição, a partir do que é imediatamente apresentado pelas pessoas que buscam um serviço, perscrutá-lo, negá-lo e superá-lo, *revelá-lo a partir de suas*

demandas genuinamente humanas, mediatemente presentes em um pedido individual, é a chave para um trabalho profissional histórico-crítico. Isso não elimina os problemas, que são estruturais, mas os tensiona permanentemente desde o trabalho profissional. Por exemplo: embora a fome seja uma carência humana que precisa ser satisfeita imediatamente (algo essencial), é importante que a abordagem profissional vá além disto, articulando-a com outras carências e necessidades que expliquem o que foi imediatamente apresentado. Ainda que comer seja essencial, alimentar-se corretamente, saudavelmente, expandir o debate para a qualidade dos alimentos, como são produzidos e com qual finalidade, é absolutamente importante (Sant'Ana, *et al.*, 2021). Isto possibilita não só o enfrentamento da fome imediata, mas também contribui com a elucidação da complexidade do tema e de qual ser social estamos falando, seus determinantes: mulher, periférica, indígena, negra ou branca, com filhos, que vive certo cotidiano, desempregada, subempregada, precária, explorada, que sofre diversas formas de violência, com carências e necessidades unidas heterogeneamente como classe trabalhadora. O trabalho profissional deve revelar isso, permitir que tais demandas sejam expostas e trabalhadas *como potências criativas que explorem vácuos informativos/formativos vistos como desnecessários.* O que fazemos e o que não devemos fazer? O que deixamos de fazer e poderíamos fazer? Quais outras(os) profissionais dividem o espaço de trabalho profissional? É possível contar com elas(es)? Em que medida? Quais as regras institucionais e suas demandas? Como lidar com elas? Desconsiderar isto significa, com efeito, abandonar a profissão às traças, desconsiderá-la como instância potencialmente interessante, necessária, ainda que ela efetivamente tenha alcance restrito. A questão central é saber lidar com demandas imediatamente postas desde o ponto de vista histórico-crítico, sempre, gostemos ou não, de forma imperfeita, limitada e contraditória, contribuindo para que as pessoas formem suas consciências sobre a sociabilidade que vivem (incluindo as(os) profissionais), revelando as causas que impedem níveis crescentes de emancipação social;

f) a perspectiva histórico-crítica aqui destacada, deve analisar e conhecer todas as tendências teóricas que informam a profissão (mesmo as mais conservadoras-reacionárias). Não há dúvidas: o conhecimento é essencial para debater e propor, criticar concretamente, sem especulações idealistas. Em outras palavras, para atuar como profissional-militante, no sentido aqui proposto, é necessário conhecer as diferentes perspectivas, debater suas teses, posicionando-se diante delas teórica e praticamente (Silva, 2022, p. 61-106). O pluralismo (Coutinho, 1991), em seu sentido amplo e profundo, requer o conhecimento dos diferentes, *não para propor uma síntese eclética*, mas para estabelecer os limites dos diferentes, suas fronteiras, estimular a crítica permanente, indicar e defender alternativas com orientação social explícita.

A profissão Serviço Social está em disputa e expressa, reflete, projetos societários concretamente em tensão na realidade. Ressaltar a necessidade de conhecer as perspectivas que compõem a realidade, não significa acreditar na unidade acrítica entre elas como uma “colcha de retalhos” ou uma “caixa de ferramentas” utilizada sem critérios. Ao contrário, o pluralismo exige tensionar, teórica e praticamente, permanentemente, dissensos, incoerências, inconsistências e projetos diferentes, seu elo de classe, negando o caminho fácil da síntese eclética (Silva, 2022; 2013). Além disso, é preciso ter em mente que conhecer as diferentes teses, inclusive as mais regressivas e reacionárias, tem o sentido exato de criticá-las ou combatê-las adequadamente, pois não há espaço para, no sentido do pluralismo aqui proposto, relativizar posições, justificar preconceitos e proposições fascistas, ou inspiradas neles, que impedem a emancipação humana do ser social: xenofobia, homofobia, machismo, racismo, entre outras formas de opressão.

Portanto, é preciso insistir que o trabalho profissional não está previamente estabelecido, mas deve ser construído a partir de uma dinâmica complexa que articule a realidade institucional, as demandas das pessoas que buscam determinado serviço, os elementos que estruturam a sociabilidade, a capacidade crítica que exige profissionais preparadas(os) e a articulação com as lutas sociais anticapitalistas. Não há dúvida sobre um aspecto decisivo: uma formação mais ou menos rica, articulada a condições objetivas melhores ou pouco favoráveis a um trabalho profissional criativo, certamente tem influência positiva ou negativa nesse cenário. A ausência destes elementos ou a falta de articulação entre eles compromete a abordagem histórico-crítica de base marxista, reduzindo o trabalho profissional exclusivamente à gestão de tensões estruturais (Esquivel, 2005 e 2021). O que se deve medir como capacidade profissional? A sua potência para operar o instituto adequadamente? Do ponto de vista aqui analisado as demandas institucionais não são insignificantes, mas imediatas e acríticas. O que foi instituído precisa ser dessecado, superado, revelado, criticado e elucidado a partir de suas intenções, de sua ideologia.

Considerações finais

A perspectiva histórico-crítica de raiz marxista é essencial para o Serviço Social. Esta necessária interlocução se impõe para aquelas(es) assistentes sociais que consideram importante, no processo de formação e do trabalho profissional, ocupar criticamente e prepositivamente o contraditório e complexo espaço sócio-ocupacional da regulação da pobreza na ordem monopolista do capital. Isto, todavia, não pode se realizar sem a reconstrução das mediações que constituem a América Latina e o Caribe como parte da periferia do capital, no

atual estágio de acumulação capitalista. Nisto, o que vem sendo caracterizado como questão social, suas refrações.

Qual é o modelo, ou quais são os modelos, para o Serviço Social? O modelo não é ter modelos, mas exercer a potência do sujeito histórico relativo incluindo as possibilidades contraditórias e os limites reais que compõem os espaços profissionais. Ou seja, o histórico-crítico, de raiz marxista, não é mais um modelo a ser aplicado. Ao contrário, nega modelos, receitas, aplicações de qualquer espécie, exige um sujeito ativo que atue na história – onde se situa a profissão – sempre de forma relativa (não plena), construindo conhecimentos a partir da realidade, analisando sua dinâmica, reconstruindo categorias que expliquem o ser social. Desde aí, decodifica mediações, exerce a práxis – como relação de unidade-diversa entre teoria e prática – também profissional, não isoladamente, compromete-se com a realidade e com a defesa da vida de seres sociais concretos, suas carências e necessidades. Por isto, é também um compromisso ético-político – incluindo profissional – que rejeita “neutralidades”, questiona diversas formas de ciências descritivas e opõe-se a todas as orientações e posturas obscurantistas e de base fascista.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão – o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CARDOSO, F. H.; Faletto, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica*. 7ª. edição, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1973.
- CASTEL, R. *Las metamorfosis de la Cuestión Social*. Una crónica del salariado. Buenos Aires, Paidós, 1996.
- CHASIN, José. *A via colonial de entificação do capitalismo*. A miséria brasileira — 1964-1994: do golpe militar à crise social. Santo André (SP): Estudos e Edições AD Hominem, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. São Paulo: *Cadernos ABEPPS*, n. 5-17, 1991.
- ESCORSIM, L. *O conservadorismo clássico*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- ESQUIVEL, F. Gerencia Social: algunas reflexiones sobre su génesis. *Revista Costarricense de Trabajo Social*, n. 17, 2005. Disponível em: <https://revista.trabajosocial.or.cr/index.php/revista/article/view/91/104> Acesso: 18 mayo 2021.
- ESQUIVEL, F. *Gerencia Social: un análisis crítico desde el trabajo social*. Buenos Aires: Espacio, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos*. Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- HOBBSBAWN, Eric J. *A era dos impérios*. 3ª. edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez: Celats, 1992.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 9.ed., São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez/CELATS, 1985.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Claudia Mônica dos (org.). *A História pelo avesso — a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- KATZ, Claudio. *A teoria da dependência 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- LENIN, V. I. *O imperialismo – fase superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LUKÁCS, György. *A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica*. Lukács – Sociologia. Organizador José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 109-131, 1981.
- LUKÁCS, György. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo, 281-422, 2012.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*, 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>
- MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: *O Capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 785-833, 2013a.
- MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: *O Capital - crítica da economia política – o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 689-784, 2013b.
- MARX, Karl. A produção do mais-valor absoluto. In: *O Capital - crítica da economia política – o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 253-602, 2013c.
- MARX, Karl. A questão judaica. São Paulo, Centauro, 2005.
- MARX, Karl. A rotação do capital. In: *O Capital - crítica da economia política – o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 233-446, 2014a.
- MARX, Karl. As metamorfoses do capital e seu ciclo. In: *O Capital - crítica da economia política – o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 105-231, 2014b.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, Boitempo, 2005a
- MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 145-156, 2005b.
- MARX, Karl. *Glosas críticas a artigo o rei da Prússia e a reforma social - De um prussiano*. Lutas de classe na Alemanha. São Paulo: Boitempo, 25-52, 2010.
- MARX, Karl. O método da economia política. In FERNANDES, Florestan (org). *Marx/Engels História*. São Paulo: Editora Ática, p. 409-417, 1989.
- MARX, Karl; Engels F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Mészáros, István. A quebra do encanto do “capital permanente universal”. In: *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 53-93, 2002a.

- Mészáros, István. Crise estrutural do sistema do capital. *In: Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 605-980, 2002b.
- MOLJO, C. ; SILVA, J. F. S. . Trabajo Social y tradición marxista. *ESCENARIOS (LA PLATA)*, v. 31, p. 1-10, 2020.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo Ática Editora, 1988.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.
- NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 30, p. 89-102, 1989.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SILVA, J. F. S. da. América Latina: capital e devastação social. *Revista Katálysis*. Florianópolis: UFSC, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e74788>
- SANT'ANA, RAQUEL SANTOS; PALMA, G. O. A.; GUSMINI, J. Projeto “Cestas Verdes”: uma experiência concreta de Segurança Alimentar e Nutricional. *Praia Vermelha (UFRJ)*, v. 31, p. 184-207, 2021.
- SANT'ANA, Raquel; SILVA, José Fernando S. da. Recrudescimento conservador no Brasil – bases ontológicas-concretas e expressões no Serviço Social. *Revista Libertas – Dossiê: os desafios do Serviço Social ante a escalada do conservadorismo*. Juiz de Fora: Revista Libertas, v. 20 n. 2, jul/dez, 2020.
- SILVA, J. F. S. da. Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro, 1º. Semestre de 2015, n. 35, v. 13, p. 99 – 125.
- SILVA, J. F. S. da. *Perspectiva histórico-crítica y trabajo social*. Procesos emancipatorios y resistencias al neoconservadurismo en América Latina. Debates, luchas y conquistas en Trabajo Social. Conferencias presentadas en el V Encuentro Latinoamericano de Trabajo Social. Tandil: UNICEN, 29 (16), 2023. <https://ojs2.fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/plaza-publica/article/view/1783>
- SILVA, J. F. S. *Serviço Social: resistência e emancipação?* São Paulo, Cortez, 2013.
- SILVA, J. F. S. *Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas: aportes al debate latinoamericano*. São Paulo: Cortez, 2022 (Biblioteca Internacional de Serviço Social)
- SILVA, J. F. S. Trabajo social, pauperismo y desigualdades: desafíos al trabajo profesional en el contexto de la pandemia. *In: UMAÑA, Sandra Araya, et al (org). Memoria actividades académicas 55º. aniversario*. San José: Colegio de Trabajadores Sociales de Costa Rica (COLTRAS), v. 1, p. 66-94, 2023. https://trabajosocial.or.cr/wp-content/uploads/2023/05/MEMORIA-ACTIVIDADES-ACADEMICAS-2022_compressed.pdf
- SIQUEIRA, J. F. Trabajo Social y Crítica Marxista. *Propuestas Críticas en Trabajo Social - Critical Proposals in Social Work* 1(1), 43-60, 2021.